

FUTEBOL DE MULHERES: A INSURGÊNCIA DO CORPO E O QUESTIONAMENTO DO BINÁRIO

Talita Machado Vieira¹, Danielly Christina de Souza Mezzari²

1-Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo/SP - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade.

2 - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo/SP - Doutoranda em Psicologia.

RESUMO

Este artigo, de natureza teórico-conceitual, se propõe a discutir a prática do futebol por mulheres enquanto uma possibilidade de questionamento das divisões binárias que operam na produção dos nossos corpos. O futebol é comumente considerado uma prática eminentemente masculina, tendo em vista sua vinculação histórica com a produção de uma masculinidade hegemônica. O próprio corpo, na medida em que se converte em objeto de interesse na esfera pública, torna-se um campo político a ser disputado, governado, controlado. Entendemos que as mulheres futebolistas apontam para uma potência questionadora dessa ordem, produzindo também fissuras na superfície lisa e linear das normas de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Corpo, Futebol de Mulheres, Gênero.

WOMEN'S FOOTBALL: BODY INSURGENCE AND BINARY QUESTIONING

ABSTRACT

This article, based on a theoretical and conceptual perspective, aims to discuss women's soccer as a possibility of questioning the binaries divisions that operates in our bodies' production. The soccer is usually considered as an eminently male's practice, considering its historical link with the production of a hegemonic masculinity. The body itself, at the same time that is converted in an object of interest in the public sphere, becomes a political field to be disputed, ruled and controlled. According to our understanding the women who practice soccer point to a questioning power of this order, promoting cracks in the smooth and linear surface of the gender rules.

KEYWORDS: Body, Women's Soccer, Gender.

RESUMÉN

Este artículo, de carácter teórico-conceptual, propone discutir la práctica del fútbol por parte de las mujeres como una posibilidad de cuestionar las divisiones binarias que operan en la producción de nuestros cuerpos. El fútbol es comúnmente considerado una práctica eminentemente masculina, dado su vínculo histórico con la producción de una masculinidad hegemónica. El cuerpo mismo, en la medida en que se convierte en un objeto de interés en la esfera pública, se convierte en un campo político a ser disputado, gobernado, controlado. Entendemos que las mujeres futbolistas apuntan a un poder de cuestionamiento de este orden, y también producen fisuras en la superficie lisa y lineal de las normas de género.

PALAVRAS-CLAVE: cuerpo, fútbol femenino, género.

INTRODUÇÃO

Ter um corpo, ser mulher, a escrita, o futebol... O que é fazer pesquisa? Até onde, em que lugares é permitido estar presente habitando um tipo de corpo? Como produzir um texto no qual possamos habitar? Pesquisar, por uma determinada ótica, tem a ver com experimentar a incerteza (LOURO, 2007), com aceitar que qualquer fenômeno que nos seja apresentado enquanto uma verdade está situado naquilo que é possível ser apreendido em um determinado contexto sendo, portanto, situado, transitório. É importante estabelecer, no entanto, que desconfiar de qualquer verdade não significa partir do pressuposto de que qualquer prática de pesquisa é válida, mas implica, pelo contrário, em produzir um constante questionamento destas práticas e de nós mesmas.

Gostaríamos de partir da experimentação de memórias, afetos, incertezas, desistências... Somos mulheres que, em diferentes momentos, dimensões e configurações, encontraram no futebol uma potência de vida. Conversamos sobre algumas experiências que tivemos e percebemos que seria importante falar sobre elas. Como ser mulher e se interessar e entender sobre o mundo do futebol? Seria preciso se masculinizar para ocupar esse lugar? E como fazê-lo? O que é ser masculina, ser feminina? Quem decide até onde podemos ir para estar em um lugar e não mais em outro? Quais corpos são considerados legítimos para habitar esses espaços?

O presente artigo¹, que dialoga com as pesquisas de doutoramento das autoras, consiste em um trabalho de natureza teórica e se vale de alguns aportes conceituais do campo que vem sendo denominado “estudos de gênero” (BUTLER, 2002, 2003; HARAWAY, 1995, 2000), bem como de outras produções bibliográficas que tomaram o futebol de mulheres (KESSLER, 2015) como objeto de investigação (GOELLNER, 2005, 2008, 2009). Seu objetivo consiste em discutir a prática do futebol por mulheres como possibilidade de questionamento do binarismo que opera na produção dos corpos.

Partimos do entendimento de corpo como construção sociocultural, historicamente situada e variável segundo discursos e práticas que se inscrevem sobre ele (FOUCAULT, 1999; SANT'ANNA, 2011), colocando em questão seu caráter pretensamente universal e fixo, conforme elaboração do saber científico moderno, em particular no tocante a assunção da ordem binária dos gêneros como única forma possível de existência. É importante destacar que texto ora apresentado não se propõe a fazer uma extensa historicização sobre as diferentes formas e significações da corporeidade nas sociedades humanas, mas assume seu

1 Número de registro do projeto junto ao comitê de ética CAAE: 878282.2.0000.5401.

poliformismo para problematizar o aspecto essencialista que a tradição do pensamento moderno ocidental busca, insistentemente, atribuir-lhe. Antes, nos limitamos a olhar para algumas modificações em seus significados, particularmente no que diz respeito a dicotomia entre o público e o privado, nos séculos XVIII e XIX, a fim de iluminar o debate acerca da prática do futebol por mulheres no contemporâneo, as possibilidades, interdições e questionamentos que a entrada das mulheres em campo suscitam.

A escolha do futebol como modalidade para desdobrar essa análise, justifica-se por ser nossa prática esportiva mais popular, portanto, atividade da esfera pública que goza de grande visibilidade e prestígio social e remete a um campo significativo nas disputas pela produção e distribuição do poder, sinalizando sua relevância de lugar a ser ocupado e reivindicado como possível também às mulheres. Pelas mesmas razões, é a modalidade em que se observa de modo mais patente o hiato nas possibilidades de acesso, iniciação, permanência, ocupação e participação para homens e mulheres no Brasil. Além disso, contribui para ampliar as discussões sobre o tema do futebol de mulheres, na medida em que se dedica a exploração do processo de constituição do corpo como campo de disputas e interesses, que, conforme pretendemos expor, associa-se a suas diferentes inserções e apropriações no domínio da vida pública. Sendo reconhecido como força política dotada de potência produtiva, o corpo se torna, simultaneamente, objeto a ser gerido e controlado, e uma possibilidade para o questionamento das normatividades instituídas.

Este manuscrito é composto por três seções, além da introdução e das considerações finais, nas quais buscamos: a) apresentar o recorte teórico-conceitual dos estudos de gênero, aproximando-os do debate sobre a prática do futebol por mulheres; b) examinar o processo histórico de constituição do corpo como objeto de interesse do domínio público, particularmente entre os séculos XVIII e XIX; c) defender que a prática desta modalidade configura-se numa forma significativa de entrada e ocupação do espaço público pelas mulheres, pelo lugar social conferido ao futebol em nosso país, além de ser um importante terreno para suscitar o questionamento dos binarismos e de concepções essencialistas dos gêneros.

GÊNERO: UM DEBATE NA ORDEM DO DIA

Visto como “[...] símbolo do chauvinismo masculino” (MOURA, 2003, p. 13) o futebol era tomado pelos movimentos feministas do início do século XX como elemento a ser combatido e não como espaço a ser conquistado. Sua inserção, no Brasil, data de fins do século XIX, sendo, inicialmente, difundido como prática dos homens da elite nacional, um

símbolo de distinção social, e, posteriormente, popularizando-se entre os trabalhadores da indústria, sobretudo de tecidos e da construção de linhas férreas, o que contribuía para manter seu caráter androcêntrico. Apesar de não ter sido destacado como demanda específica, a possibilidade de ser integrado à pauta das lutas feministas como reivindicação pelo direito aos futebóis (DAMO, 2003), e aos esportes em geral, parece ter maiores chances de se efetuar junto aos movimentos iniciados a partir de 1990, chamados de Feminismo da Diferença, ou terceira onda do movimento feminista (SILVA, 2016). Tais movimentos, subsidiados pelas concepções do pós-estruturalismo, caracterizam-se pela pluralidade das reivindicações; consideração de novos matizes/marcadores (raças/cores, sexualidades, classes sociais, gerações); questionamento das categorias universais e identitárias forjadas no interior do próprio Feminismo, as quais passam a ser criticadas como mecanismos que produzem as formas de exclusão que visam combater (SILVA, 2016).

Vale citar três momentos de transição no que se refere à questão da diferença nos feminismos (COSTA, 2002): em um primeiro momento o que imperou foi uma concepção da diferença apoiada fundamentalmente nas diferenças entre os gêneros masculinos e femininos, tomados como realidades a priori. A partir dos anos 80 os feminismos passam a problematizar a diferença dentro da própria categoria “mulher”, pautas levantadas inicialmente por mulheres negras, lésbicas e por feministas de “Terceiro Mundo” que viviam nos Estados Unidos. Já o terceiro momento do qual fala Cláudia de Lima Costa (2002) é marcado por uma ênfase nas múltiplas intersecções. Nesse sentido, o conceito de gênero passa a ser compreendido como fazendo parte, necessariamente, de um conjunto heterogêneo de relações.

É importante ressaltarmos que a ideia de que todas as mulheres sofrem uma opressão comum pode ser perigosa. Apesar do objetivo mais explícito de produzir solidariedade essa premissa produziu, também, uma justificativa para amenizar os efeitos das diferenças que existem entre as mulheres (hooks², 2004). A autora alega que a ideia de que todas as mulheres compartilham a mesma opressão nega o fato de que marcadores como os de raça, orientação sexual, classe, por exemplo, criam experiências diversas e, para além disso, configuram o alcance e a força do sexismo na vida das mulheres. hooks conclui afirmando que o sexismo não determina da mesma forma a vida de todas as mulheres.

Em uma perspectiva semelhante, Butler (2002) alega que a categoria “mulheres” não é descartada por meio da desconstrução, pelo contrário, ela passa a ser compreendida enquanto uma categoria cujos usos não se reificam e que pode produzir significados para além daqueles

2 bell hooks assina suas obras em minúsculo.

que podemos prever de antemão. A autora aposta na necessidade de empregar o termo taticamente, mas também submetê-lo a críticas que problematizem processos excludentes e operações de poder que constroem e delimitam as invocações feitas pelas feministas com relação ao termo “mulheres”.

Com relação ao gênero, entendemos ser relevante apresentar o conceito de sexo-gênero cunhado por Gayle Rubin (1993). O sistema sexo-gênero seria: “[...] um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 03). A autora parte do questionamento sobre o que transformaria a fêmea humana em uma mulher domesticada para fazer suas análises. Nota-se, na citação acima, que o sexo é pensado como aquilo que se localiza no âmbito da natureza, do que está dado e, portanto, fora da cultura. Entendendo o sexo como a matéria prima a partir da qual o gênero se produziria, Rubin não se preocupou em historicizar e desnaturalizar a própria categoria de sexo.

Já para Butler (2000) o termo gênero é compreendido enquanto efeito de um conjunto de performatividades difusas no tecido social. Para ela, a performatividade configura “[...] uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p.111), de modo a promover a sedimentação do gênero e a materialização do sexo no corpo. É importante assinalar que de acordo com a autora o que configura o caráter fixo do corpo é plenamente material, no entanto, esta materialidade precisa ser pensada enquanto efeito produtivo do poder. A “construção” não remete nem ao sujeito nem ao ato, mas sim ao processo de reiteração através do qual emergem tanto o “sujeito” quanto o “ato” (BUTLER, 2002). Isso implica repensar a concepção tradicional de gênero como a significação social do sexo, expressa pelo sistema sexo-gênero.

Tal sistema parte, inicialmente, de uma rigorosa divisão entre biológico e social, concebendo a diferença sexual como dado natural, tese que se subsidia em aspectos anatômicos, hormonais e cromossômicos (CARVALHAES, 2015). Na referida concepção, o sexo é entendido como realidade material primeira, anterior a qualquer produção discursiva, enquanto o gênero seria a interpretação deste aspecto originário, o qual determinaria toda uma cadeia de significações designada àquele corpo, estabelecendo correlações causais entre sexo e gênero (vagina - mulher; pênis - homem). Em consonância e a partir disso seriam definidas e demarcadas as condições de possibilidade de experimentação e participação na vida social para mulheres e homens. Segundo Butler (2003, p. 38) “Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles

que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”. Nesta perspectiva, assume-se que, além do gênero, a prática sexual e o desejo mantêm-se lineares e coerentes entre si e com o sexo, a suposta realidade biológica primeira. As bases para a constituição da ideia do que é ser homem ou do masculino e do que é ser mulher ou do feminino seriam atravessadas pelas normas derivadas da inteligibilidade dos gêneros.

Anne Fausto-Sterling (2001) afirma que o sexo é algo complexo demais para ser categorizado e que toda tentativa de rotular um corpo como masculino ou feminino tem a ver com uma decisão social. Para a autora são as nossas crenças sobre o que é o gênero que delimitam o que é o sexo e também o conhecimento científico que será produzido sobre ele. Precisamos estar atentas/os para o fato de que desconstruir a noção de matéria não implica necessariamente no abandono ou negação do termo. Butler (2002) alega que o pressuposto de que a materialidade do corpo é uma condição necessária para a prática feminista ignora o quanto esta materialidade pode estar constituída por meio de exclusões e de uma degradação do feminino. A diferença sexual não pode ser concebida simplesmente como fruto de diferenças materiais, como se não fosse marcada por práticas discursivas. No entanto, como conclui a autora, alegar que as diferenças sexuais não podem ser pensadas dissociadas das formações discursivas não significa afirmar que o discurso causa a diferença sexual. O sexo não é algo que temos ou que somos, mas sim uma norma que qualifica um corpo dentro de uma esfera de inteligibilidade (BUTLER, 2002).

No caso das mulheres que praticam o futebol, a problemática também parece se delinear em relação à perturbação da inteligibilidade instituída. Nos anos de 1940, por exemplo, a prática do futebol por mulheres era percebida como risco no Brasil, devido ao suposto comprometimento das suas capacidades reprodutivas (FRANZINI, 2005). Tal perspectiva adquiriu concretude jurídica por meio Decreto-Lei 3.199 de 1941, que coloca em evidência o encontro entre biologia e política no esporte, culminando na produção de estratégias para a gestão da vida e reprodução de uma ordem binária e essencialista dos gêneros.

O referido dispositivo legal trazia em seu artigo de nº 54 o mandamento de que “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (BRASIL, 1941). Tal legislação inseria-se em um contexto sociopolítico mais amplo que articulava intenções e motivos do higienismo e da

eugenia³, atrelando-os a um projeto nacional de regeneração da nação, que passava pela proposta de reconfiguração de nossa composição racial (SOUZA, 2012) e tinha o corpo feminino como célula necessária de sua consecução (GOELLNER, 2005, 2008, 2009). Assim, a mulher que praticava o futebol era percebida como uma personagem excêntrica, que ansiava por realizar esta extravagância, à qual não tinha razão para ser admitida senão como acontecimento eventual para satisfazer a curiosidade da população acerca do fato (MOURA, 2003).

Conforme debatido por Dunning (1992) e Dunning e Maguire (1997), o futebol, assim como outros esportes que envolvem contato físico direto, disputa ou demonstrações de força, elevados graus de agressividade e até mesmo formas regulamentadas de violência, tende a ser considerado uma área masculina reservada devido a sua vinculação histórica e cultural com os valores e a produção de uma masculinidade hegemônica.

Entendemos que tais esportes são marcados pela valorização de características tradicionalmente associadas ao masculino normativo: agressividade, força, atividade, bravura, virilidade e potência. Nesses termos, voltam-se à afirmação de uma masculinidade hegemônica assentada na construção idealística de virilidade (MONTEIRO; ALTMANN, 2014). A masculinidade hegemônica da qual falamos não se refere a um conjunto de características fixas, tratando-se, antes, de uma construção relacional a partir do contraste com o que se entende por feminino, sendo uma noção histórica e socialmente situada “Trata-se de um conjunto de práticas que indicam, de maneira normativa, a forma mais honrada de ser homem em determinada sociedade [...]” (MONTEIRO; ALTMANN, 2014, p. 731).

De acordo com Connel e Messerschmidt (2013) a masculinidade não se assume normal, dentro de um padrão estatístico, mas com certeza é normativa. Ela incorpora e dita quais as formas mais legítimas, dentro de um determinado contexto, de ser um homem e, para além disso, também demanda tanto que estes se posicionem com relação a ela quanto legitima a subordinação das mulheres. Para os autores, as masculinidades hegemônicas podem ser produzidas, inclusive, de modo a não corresponder verdadeiramente a homem nenhum. Elas não possuem uma essência encarnada em alguns corpos ou personalidades (CONNEL, MESSERSCHMIDT, 2013). As performances de masculinidades produzidas por corpos

3 Acerca dos movimentos e do pensamento eugênico e higienista, que ocuparam importante espaço nas práticas e no pensamento científico brasileiro, na primeira metade do século XX, cumpre mencionar que suas preocupações, no tocante aos papéis de gênero, incidiram predominantemente sobre as mulheres brancas da classe média alta e da elite brasileira, evidenciando o tipo humano que se intencionava produzir como dominante na configuração étnico-racial e formação da nova nacionalidade do país, sobretudo durante a chamada Era Vargas. Para aprofundar este debate, sugerimos a consulta de Goellner (2008).

marcados como femininos, inclusive, vêm sendo exploradas por pesquisadoras como Halberstam (2008) e Platero (2009). Por fim, as masculinidades remetem a configurações de práticas em um entorno social e podem, nesse sentido, se alterar tendo em vista as relações de gênero em um determinado contexto.

Ao discutir a construção social da masculinidade, Oliveira (2004, p. 60) aponta que “A conexão da prática de esportes com os valores masculinos é algo que atravessou toda a modernidade e se estende até os nossos dias”. O autor mostra que na Europa, entre os séculos XVII e XIX, foram publicados manuais que sugeriam a prática desportiva para o aperfeiçoamento das competências físicas de meninos e rapazes, bem como forma de pedagogia moral que auxiliaria no desenvolvimento dos atributos subjetivos desejáveis aos homens: virilidade, agressividade e disciplina. Ele ressalta que, na atualidade, as mulheres já ocupam esses espaços, no entanto, a valorização de aspectos ligados à masculinidade ainda persiste (OLIVEIRA, 2004).

Contudo, é importante examinar criticamente as situações concretas nas quais os esportes facultados às mulheres, em particular o futebol, se inserem. Moura (2003) partiu do argumento adotado nas discussões relativas às dificuldades encontradas para a consolidação do futebol de mulheres no Brasil, que tendem a estabelecer uma comparação entre os contextos brasileiro e estadunidense. Para ele tal paralelo é contraproducente, uma vez que a preferência desportiva nos Estados Unidos é dirigida a outros esportes que não o futebol (*soccer*), a saber: o basquete, o futebol americano e o baseball, nos quais a participação feminina é obstaculizada tanto quanto ocorre no Brasil em relação ao ludopédio. Logo, se há maior aceitação da prática desportiva por mulheres, isso não ocorre de modo generalizado, estando, antes, limitada a algumas modalidades, que podem variar segundo a sociedade considerada.

Partindo da noção de inteligibilidade que foi exposta, o futebol, na realidade brasileira, tende a ser correlacionada apenas à ordem *macho-homem-masculino-heterossexual*. A problemática se coloca em função da admissibilidade e do reconhecimento do desejo feminino por uma atividade tradicionalmente designada ao homem, o que não poderia ocorrer sem provocar fissuras à ordem instituída dos gêneros.

EMERGÊNCIA DO CORPO COMO QUESTÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

Empreender uma discussão que toma como problema o corpo, demanda a assunção de que ele também é dotado e marcado pela história (VIGARELLO, 2000; SANT'ANNA, 2011), variando nos significados que lhe são atribuídos e nos modos como nos relacionamos com

ele. Nesta seção, pretendemos discutir o avanço e a sobreposição da intimidade sobre a esfera da *res publica*, argumentando que tal movimento tem como um de seus pontos mais expressivos a conversão do próprio corpo em uma questão para a vida pública. Cumpre assinalar que o recorte histórico feito para nossa discussão compreende principalmente os séculos XVIII e XIX, visando abordar um modo particular a partir do qual o corpo passa a existir, em termos dos controles que lhe são dirigidos, bem como das possibilidades de realização que são inventadas para ele e a partir dele. Sendo uma perspectiva de inspiração histórica não se trata de olhar para um dado momento e conferir-lhe o título de origem do surgimento do corpo como objeto do pensamento, ao contrário, como vemos em Sant'Anna (2011), o corpo desponta como alvo de interpretações e discussões desde a Antiguidade Clássica, passando por mudanças nos modos como é entendido. Aqui, nos voltaremos ao exame de um desses modos.

De início, vale destacarmos a discussão de Figueiredo (2007) acerca de como as negociações entre as esferas do público e do privado constituem um dos pontos nevrálgicos da subjetivação moderna, a partir do século XVIII. Para ele, é neste momento que o domínio da vida privada começa a ser investido, tornando-se tanto um aspecto legítimo de representação no âmbito da *res publica*, quanto um reduto por meio do qual se poderia mensurar a autenticidade de uma pessoa como figura pública. Se ao longo do Antigo Regime as dimensões do público e do privado permaneceram rigorosamente separadas, no século XVIII, o amálgama entre elas torna-se notório, sobretudo impulsionado pelos movimentos Iluminista e Romântico.

Os efeitos de tais processos podem ser observados no contemporâneo em que, como assevera Sant'Anna (2011, p. 18), o corpo como a última fronteira a ser transposta ou, nas palavras da autora como o “[...] último território a ser explorado”. Cumpre assinalar, ainda, que o interesse pelo desnudamento do que antes era reservado ao domínio da experiência privada, levado a cabo pelos movimentos supracitados, tem provocado desdobramentos importantes nos modos de sociabilidade e de subjetivação que se constituíram desde então, tal como assinala Sennett (1988) na obra *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*.

Na senda dos motivos referentes aos movimentos Iluminista e Romântico, a cisão entre vida pública e vida privada, anteriormente elaborada como solução de compromisso para encerrar o quadro anômico provocado pelos embates travados entre a Reforma e a Contrarreforma e que contrariava os interesses do Estado absolutista, começa a perder seus

contornos mais precisos. Figueiredo (2007) mostra uma série de modificações e invenções empreendidas em distintos centros europeus ao longo do século XVIII e que tiveram importante papel na significação da experiência privada como aspecto fundamental à constituição do ser, contribuindo para o investimento e valorização do cultivo da privacidade. Dentre os campos mencionados, podemos destacar as práticas de lazer, incluindo aí os esportes, que passam a ser interpretadas como importantes para o cultivo do privado e conservação da autenticidade natural do humano (FIGUEIREDO, 2007). Este, junto à filosofia, a literatura e à religiosidade, constituiu-se em importante canal de difusão e estímulo à valorização da experiência privada.

É durante o próprio século XVIII que a confusão entre o público e o privado se acentua ainda mais, na medida em que a dimensão do privado, da intimidade e da experiência pessoal passaram a ser alvos de investimento, de modo que interessava lançar luz a esse domínio específico da vida humana. Mesmo os espaços e as práticas antes estritamente considerados como da esfera pública, passam a se interessar e incitar a valorização da privacidade, possibilitando sua manifestação também nestes contextos.

A publicização da intimidade se encontrava de tal maneira como algo já dado que o próprio corpo começou a ser considerado elemento potencialmente revelador dos atributos mais íntimos do sujeito. Em um momento em que o secularismo assumia a imanência como preceito fundamental, os contornos da superfície corporal poderiam ser tomados como pistas do que permanecia oculto e protegido sob os limites da pele. Desse modo “[...] as aparências já não eram mais um distanciamento do eu, mas antes pistas para o sentimento privado. Inversamente, ‘o eu’ não mais transcendia suas aparências no mundo. Essa era a condição básica da personalidade” (SENNETT, 1988, p.113).

Notamos que emergia a tendência a considerar que tanto os contornos corporais como a forma de se apresentar em público seriam pistas de algo a ser revelado: uma expressão involuntária de uma dimensão mais secreta e oculta de sua intimidade e/ou personalidade. Assim, o corpo, essa suposta superfície divisória do público e do privado (íntimo), passa a ter seus contornos e delineamentos interpretados como sinais, por mais sutis que fossem, do que se pretendia deixar alheio ao conhecimento de outrem. Notamos que tais movimentos deflagram um jogo de duplos que opera por contrastes em que, ora algo se oculta para que outra dimensão seja mostrada, ora as posições se invertem alterando a percepção sobre o arquivo vivo que é o corpo (VIGARELLO, 2000).

A permanência desta maneira de compreensão produz ressonâncias no contemporâneo. Conforme Sant'Anna (2011), a partir do século XX, erige-se um modo de relação e significação do corpo que o considera como a última posse que restaria ao sujeito, se convertendo em território preferencial para o exercício de uma liberdade criativa do humano. Segundo ela, tal concepção ganha valor especial no bojo de uma cultura organizada para reconhecer pessoas a partir do que elas possuem, contribuindo para dar cada vez mais destaque à ideia de um corpo totalmente submetido e disponível aos desejos individuais como maneira de frisar sua posse. Associado a isso, notamos a atualização do que foi descrito por Sennett (1988) mediante a concepção de que é por meio do corpo que se revela o melhor de si mesmo, como se ele fosse o elemento mais próximo da identidade do ser, morada de sua verdade mais pura e autêntica:

[...] numa sociedade em que o corpo se tornou um ente tão importante quanto outrora fora a alma, é pela aparência física, sobretudo que se comprova aquilo que cada um quer mostrar de sua subjetividade [...] o corpo é considerado não mais a sede da alma, nem a morada da subjetividade mas, principalmente, a sua expressão mais autêntica e real (SANT'ANNA, 2011, p. 20)

As considerações anteriores contribuem para pensarmos nossa problemática acerca da dita masculinização das atletas de futebol, noção que conduz a uma suspeita assustadoramente naturalizada acerca de suas sexualidades, quando não de seus sexos, e que toma como base os contornos corporais das atletas (GOELLNER, 2005, 2009). O fato revela aquilo que Sennett (1988) desenhou para nós ao longo dos séculos XVIII e XIX e que Sant'Anna (2011) retrata no contemporâneo: a intimidade avança cada vez mais para o âmbito da vida pública, torna-se uma questão para tal domínio e o corpo converte-se em canal que desvela a suposta verdade sobre o sujeito. Aqui, a aparência imediata é tomada como expressividade involuntária de si: mulheres que por apresentarem hipertrofia muscular ou por se interessarem e praticarem esportes de contato físico são consideradas masculinizadas, concepção que é automaticamente associada a uma suposta lesbianidade.

Tais desconfianças se sustentam em razão de que as mulheres atletas desafiam a ordem instituída ao lançarem-se e reivindicarem seu direito de ocupação da esfera pública, subvertendo o lugar tradicional de passividade, que as restringia à vida doméstica, sobretudo no papel de esposas e mães, amplamente caracterizada pela domesticação de seus desejos, suas sexualidades e seus corpos (DEL PRIORI, 1999). Conforme Sant'Anna (2011), a despeito das modificações substanciais nos modos de se compreender, relacionar e significar

o corpo em diferentes momentos da história da sociedade ocidental, quando se trata das mulheres parece haver uma sedimentação bastante cristalizada e cuja mudança é muito mais morosa e obstaculizada, visando à permanência das marcas que qualificam esse corpo como passivo, submisso, destinado à fecundidade e que deve se colocar sob a proteção de um homem.

Nossa trajetória nesta seção evidencia um processo em que o corpo, talvez o último bastião da privacidade enquanto divisor daquilo que se desejaria manter resguardado e do que seria revelado (VIGARELLO, 2000, SANT'ANNA, 2011), vai paulatinamente se convertendo em objeto de interesse para a esfera pública. Tal manobra, ainda que não tenha sido a única, abriu a possibilidade para um deslocamento do sentido que lhe era atribuído: ao produzir-lhe como objeto específico e dirigir-lhe uma visibilidade na vida pública, o corpo passa também a ser investido por um status político.

Vem de Foucault (1999) a contribuição que permite evidenciar o surgimento de um modo particular de relação entre poder (mecânica do poder) e corpo (anatomia política) em que este passa a ser entendido como objeto e alvo daquele: algo manipulável, obediente, passível de ser treinado e modelado. O autor nomeia os processos que definem esta nova relação de “disciplinas” e rastreia seu nascimento a partir dos séculos XVII e XVIII. Trata-se, segundo ele, da inauguração de um procedimento que não visa à mera submissão dos corpos, mas sua docilização (corpos dóceis), implicando o equacionamento entre obediência e utilidade:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1999, p. 119).

Com efeito, o próprio corpo se converte em um campo político a ser disputado, governado, direcionado, controlado. Por outro lado, é certo que a potência a qual se pretendia manter rigorosamente aparada poderia dobrar-se, por entre as diversas práticas de gestão que se lhe dirigiam, deixando vazar por elas uma força contestatória, subversiva e questionadora. É neste campo político corporal que os modos pelos quais as mulheres se engajam na cultura do movimento ganham relevância, sobretudo no futebol, suprassumo das práticas corporais institucionalizadas no Brasil. Tal posicionamento se assenta na análise de Patiño (2011) para o qual o futebol figura como modalidade que desfruta de grande prestígio social no contemporâneo, sendo um importante polo do espaço público no que se refere à produção e

distribuição de poder nas nossas sociedades, tanto por sua popularidade e alcance em termos de difusão midiática, como por sua capacidade de articular os universos simbólicos das populações. Para o autor em tela, o fato de o futebol ser um campo significativo de exercício do poder, ocupando lugar de destaque na vida pública, pode indicar uma das razões pelas quais se trata de uma modalidade majoritariamente ocupada por homens, particularmente no contexto latino-americano.

FUTEBOL DE MULHERES: OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A CONTESTAÇÃO DA ORDEM BINÁRIA

Pensar sobre a inserção das mulheres no âmbito do futebol nos leva a olhar também para a inserção destas nos espaços públicos. Esta problemática se complexifica quando assumimos que não há um modelo de feminilidade a partir do qual podemos pautar nossas análises. Se a uma parcela das mulheres, a saber, as brancas, classe média/alta, a conquista do espaço público por meio principalmente do trabalho foi uma das primeiras pautas reivindicadas pelos movimentos organizados não podemos assumir, disto, que esta era a realidade de todas as mulheres. Como afirma hooks (2004) os dilemas vividos pelas donas de casa brancas eram problemas reais que demandavam atenção, mas não eram as demandas políticas de uma grande quantidade de mulheres que, inclusive, já formava boa parte da força de trabalho em espaços públicos. Disso não decorre que as mulheres que estavam inseridas no mercado de trabalho estavam em pé de igualdade com os homens, no entanto, é importante percebermos que marcadores como raça, classe, sexualidade, geram experiências diferentes.

Nesse sentido, como pensar as inserções das mulheres nos espaços públicos? Schaun e Schwartz (2008) nos dizem que a mulher enquanto um “objeto erótico” data ainda do período da colonização em que as mulheres indígenas eram consideradas responsáveis pelos estupros e violências que sofriam e, com a chegada dos povos africanos, muitas mulheres negras foram obrigadas a serem “amas de cama”. As autoras afirmam que às mulheres negras cabia gerar filhos para aumentar a mão de obra e também que eram frequentemente estupradas pelos filhos do patrão, o que culminou em grande parte no imaginário social de que mulheres negras são fofosas, liberais com relação ao sexo, etc. Já as senhoras de engenho eram obrigadas a aceitar as relações extra-conjugais de seus maridos e, não raro, violentavam as mulheres escravizadas motivadas pelo ciúmes.

Para Cobra (2001), citado por Schaun e Schwartz (2008) a sociedade patriarcal brasileira criou, paralelamente, duas imagens relativas às mulheres associadas ou a objetos sexuais ou a esposas e mães. A forma como essas imagens se farão presentes e em quais

corpos está atravessada pelas relações com os mais diversos marcadores e constituirá, também, a relação das mulheres com os espaços concernentes ao público e ao privado. Senett (1988) nos fala sobre as especificidades existentes na relação das mulheres com o espaço público. Para as mulheres, de acordo com o autor, o espaço público era onde se corria o risco de perder a virtude enquanto que para o homem burguês o público assumia outras conotações. A imoralidade que se fazia presente na vida pública correspondia, em certa medida, para os homens a um domínio de liberdade e não de desgraça, como para as mulheres. Senett fala de um contexto e época específicos, mas podemos nos utilizar de suas reflexões para pensar também nas nossas experiências contemporâneas e no quanto o espaço público é produzido, muitas vezes, de maneira hostil à presença/ permanência das mulheres. Podemos pensar, por exemplo, na quantidade de vezes que mulheres deixam de andar sozinhas nas ruas, de usar determinadas roupas por não se sentirem seguras no espaço público justamente por serem mulheres. Nessa perspectiva, podemos pensar também no quanto o futebol se apresenta enquanto um espaço eminentemente masculino e hostil às mulheres.

A relação que se faz entre futebol e masculinização das mulheres e a representação linear que se cria entre mulheres/beleza/feminilidade podem ser pensadas como pontos cruciais no que se refere à invisibilidade das mulheres no futebol (GOELLNER, 2005). Podemos nos perguntar, seguindo ainda a autora, o que poderia haver de tão ameaçador na possibilidade de uma “masculinização” de um corpo feminino? Para além disso, o que seria, de fato, um corpo feminino? Raquel Platero (2009) alega que a masculinidade em corpos marcados como femininos se insere no âmbito daquilo que é inassimilável, de modo que a percepção social destas vidas está sempre impregnada de suspeitas e de um caráter de inadequação. Para a autora, a masculinidade feminina é sempre apresentada como algo perigoso e negativo que precisa, portanto, ser corrigido. Implica, para além disso, uma ruptura com modelos binários e questiona tanto a heteronormatividade quanto a diferença sexual. Ao questionar normas fundamentais de organização social, a masculinidade feminina suscita uma reação por parte daquelas pessoas, instituições e estruturas sociais que pretendem manter a legitimidade destas.

Podemos pensar, a partir daí, que a prática esportiva, principalmente quando exercida em âmbito profissional e recorrente, pode potencialmente produzir rupturas em padrões de feminilidade já postos. Mais ainda se nos voltarmos especificamente ao futebol, prática marcada eminentemente, em nosso país, por uma ideia de virilidade, força e agressividade ligadas ao masculino como características que lhe seriam essenciais. O receio de que isso

possa ocorrer e que, de fato, ocorra é tão latente que sabemos, inclusive, que “beleza” e “sensualidade” já foram consideradas pré-requisitos para que atletas mulheres pudessem participar de campeonatos de futebol (CARVALHO, 2017). Sabemos também da pressão que se exerce para que as jogadoras, para além de um bom desempenho em campo, sejam também consideradas atraentes e delicadas em suas expressões. Nesse sentido, poderia o futebol ser uma possibilidade de rupturas com modelos hegemônicos acerca de onde devem estar e como devem se expressar as mulheres? Poderíamos pensar no futebol enquanto um lugar possível de transformação social, atravessada pelas relações de gênero?

Uma via possível para pensarmos sobre a questão colocada logo acima pode se sustentar na proposta de Donna Haraway (1995, 2009). A autora nos lança a figura do ciborgue para alegar que não é mais possível mantermos as fronteiras definidas entre humano/animal; humano/máquina ou até mesmo natureza/cultura. Um mundo de ciborgues (HARAWAY, 1995) nos leva a vislumbrar duas perspectivas possíveis: a primeira delas assinala para a possibilidade de uma dominação total do planeta, bem como dos corpos das mulheres. Já a segunda aponta para “[...] realidades sociais e corporais vividas” (HARAWAY, 1995, p. 46) de modo que poderíamos começar a questionar o temor às afinidades entre humanos e máquinas e, a partir daí, questionar também a reificação das identidades. Haraway defende a necessidade de levarmos em conta as duas perspectivas sem perdermos de vista as possibilidades tanto de dominações quanto de subversões que cada uma torna possível.

Partindo dessa proposta, a autora assevera que o ciborgue pode nos ajudar a situar, também, a necessidade de assumirmos que a produção de um saber é sempre localizada. A objetividade, por meio da reconceituação criada por Haraway (1995), passa a ser concebida como sendo possível apenas por meio de uma perspectiva parcial de maneira que uma visão objetiva é aquela que possibilita a responsabilização pelas próprias práticas e criações. Nesse sentido, ao reconceber a responsabilidade ética de um/a observador/a, a pesquisadora propõe que o conhecimento avance por ressonância, não por dicotomias, por afinidades mais do que por identidades. Os relativismos e as teorias totalizantes são estratégias que, em última instância, impedem a responsabilidade e a avaliação crítica por meio de uma negação da corporificação dos sujeitos e da parcialidade dos conhecimentos produzidos (HARAWAY, 1995). A partir disso, posicionar-se é a prática chave para o fazer científico. Tanto a política quanto a ética são pensadas, nesta perspectiva, como as principais referências para se legitimar o que pode ou não ter vigência enquanto conhecimento

Haraway se assume comprometida com a confusão de fronteiras. O ciborgue promove uma reestruturação da natureza e da cultura: “[...] uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra” (HARAWAY, 2009, p. 39). O questionamento da distinção que outrora imperava entre o que conta como humano ou como máquina abala também aquilo que conta como natureza. Não podemos mais fundamentar nossos argumentos em alguma autoridade transcendente.

Dito isso, podemos voltar à questão lançada no tópico acima acerca da possibilidade de o futebol praticado por mulheres ser um lugar de transformação social. Por meio da discussão promovida por Haraway podemos pensar em um questionamento de toda produção de um saber científico que se fundamente em pares de oposição, em binarismos. Não podemos nos esquecer que a Educação Física e o próprio esporte, de maneira geral, podem funcionar como estratégias de divisão binária dos gêneros, fundamentando-se primordialmente no pressuposto de um corpo biológico, natural, já dado, para justificar as diferenças entre os corpos marcados como femininos e masculinos. Conforme apontamento feito por Jaco e Altmann (2017), a utilização dos corpos na realização do movimento também é constituinte da composição do ser dentro da lógica binária dos gêneros:

[...] nessa lógica de entendimento binário do masculino e do feminino, também faz parte da composição do que é ser mulher e ser homem as habilidades do corpo em movimento e de como utilizar seus corpos nas práticas corporais. Essas diferenças são pautadas em referenciais biológicos que parecem existir à priori, mas que, na verdade, foram produzidas e reproduzidas ao longo da vida dessas meninas e meninos (JACO; ALTMANN, 2017, p. 14-15).

Acreditamos, partindo da perspectiva apresentada por Haraway (2009), que a ocupação do espaço do futebol pelas mulheres pode ser pensada enquanto um modo de operar esses questionamentos no âmbito das práticas corporais. É evidente, no entanto, que esses processos de ruptura que porventura possam ocorrer estão circunscritos pelas relações socioeconômicas que organizam um determinado contexto. Juliana Gomes Jardim (2018), em sua tese de doutorado acerca do *Mixed Martial Arts* (MMA) feminino, assevera que, se por um lado, este é um espaço em que muitas mulheres podem encontrar estratégias para experimentar e viver expressões de gênero e de sexualidades não normativas de uma maneira relativamente autorizada, por outro, esta modalidade é também fortemente marcada por binarismos que estipulam rígidos padrões masculinos e femininos de comportamentos.

Ainda que a autora esteja se referindo mais especificamente ao MMA feminino, podemos considerar relevantes suas afirmações também no que se refere ao futebol de mulheres. Jardim (2018) nos chama a atenção para o fato de que quanto menos evidentes estiverem os músculos de uma atleta, maiores serão suas chances de que seu corpo seja lido como feminino e, portanto, sensual. Se a atleta, ainda, se adequar a outros padrões cis-heteronormativos e raciais de beleza (como ser branca, heterossexual, loira, ter olhos claros) e apresentar um ótimo desempenho esportivo ela terá muito mais chances de se tornar uma atleta bem sucedida, haja vista o exemplo da atleta/atriz estadunidense Ronda Rousey, considerada uma das pioneiras para o processo de criação e manutenção de uma categoria feminina no *Ultimate Fight Championship* (UFC). Se, ao invés disso, a atleta se distanciar em demasia destes modelos de beleza, ainda que apresente um ótimo desempenho esportivo, ela não será considerada atrativa financeiramente para sua modalidade esportiva, como no caso da brasileira Cris Cyborg que mesmo sendo considerada por quase sete anos como a melhor lutadora de MMA do mundo tinha dificuldades para negociar sua entrada no UFC, principal organização do MMA mundial. No caso do futebol, podemos mencionar os exemplos de Milene Domingues, até hoje lembrada pela memória coletiva como a Rainha das Embaixadinhas, e de Sissi, pioneira do futebol de mulheres no Brasil e pouco mencionada, conhecida ou lembrada fora dos círculos mais próximos que debatem e se interessam pelo tema e pela história do futebol de mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas corporais exercidas por meio das atividades esportivas são importante elemento na produção dos corpos, suas possibilidades de realização e afetação. O esporte, ao se fundar no radical biológico para justificar separações e categorizações (sob o pretexto da manutenção da igualdade de condições entre os competidores) contribui para reproduzir e perpetuar a ordem binária dos gêneros. Esta, organizada no interior de uma matriz heteronormativa, institui como norma para a inteligibilidade dos corpos a manutenção de relações de coerência e linearidade entre sexo-gênero-desejo-práticas sexuais (BUTLER, 2003).

O futebol, pensado como atividade dirigida aos corpos do sexo masculino, ligar-se-ia a esse conjunto linear de termos. Aqui, sugerimos que o desejo seja concebido para além do desejo sexual, uma manifestação produtiva que se expressa, também, no âmbito das práticas corporais e esportivas. Nesse sentido, as mulheres futebolistas emergem como potência questionadora dessa ordem. Ao expressarem seu desejo por tal atividade e envolverem-se na

produção de um corpo-outro que não aquele do feminino ideal, elas produzem fissuras na superfície lisa e linear das normas de gênero.

A figura ciborgue proposta por Haraway (2009) contribui para esses questionamentos ao anunciar que as divisões binárias por meio das quais têm se organizado o sistema-mundo são insuficientes para abrigar a multiplicidade daquilo que é criado e experimentado no estágio atual da vida. No caso dos esportes, ao se afirmar que apenas um tipo de corpo (o do homem) é suficientemente adequado ou mesmo melhor para a prática de uma modalidade, esquecemo-nos que esse corpo é constituído por meio de inúmeras intervenções tecnológicas e práticas de distintos saberes especializados. Para apresentar o máximo de potência e rendimento, esses corpos são produzidos desde a mais tenra idade, na formação de músculos e aquisição de habilidades motoras que serão distintivas do seu desempenho posterior no esporte. Soma-se a isso, a autoconfiança e segurança de si que acompanham esse processo e que poderão ser, igualmente, diferenciais na prática esportiva. De que modo, então, poderíamos manter o argumento de que as mulheres são naturalmente indispostas a determinadas atividades esportivas?

O corpo é um campo político. Não pretendemos, com isso, defender a individualização das contestações e protestos, mas argumentar o caráter iminente cotidiano das lutas e possibilidades de questionamento, no qual o futebol de mulheres pode ser vislumbrado como um horizonte possível.

REFERÊNCIA

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro, RJ, 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-167.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del «sexo». Buenos Aires: Paidós. 2002.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHAES, F. F. **Mulheres no crime: deslizamento de fronteiras**. 2015. 190 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CARVALHO, B. Sensualidade e beleza eram prioridades no regulamento do Paulistão feminino. **UOL Esporte**. São Paulo, Set. 2017. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2017/09/24/sensualidade-e-beleza-eram-prioridades-no-regulamento-do-paulistao-feminino.htm>. Acesso em: 24/09/2017.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHIMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, 2013.

COSTA, C. L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, n.19, 2002: p.59-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a04.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2018.

DEL PRIORE, M. Viagem pelo imaginário do interior feminino. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 179-194, Set, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 Dez., 2018.

DUNNING, E. O desporto como uma área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e suas transformações. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Tradução de Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: Difel, 1992, p. 389-412.

DUNNING, E.; MAGUIRE, J. As relações entre os sexos no esporte. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 321-348. Jul./Dez., 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12151/1142>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17-18, p. 9-79, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332002000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 dez. 2017.

FIGUEIREDO, L. C. **A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação 1500-1900**. São Paulo: Escuta, 2007.

FRANZINI, F. Futebol é "coisa para macho"? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista brasileira de História**, São Paulo, v.25, n.50, p.315-328, dez., 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 out. 2017.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 20 ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, 2005.

_____. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v.1, n. 1, p. 1-28, 2008.

_____. Imagens da mulher no esporte. In: DEL PRIORI, M.; MELO, V.A. (Orgs.). **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 269-292.

HALBERSTAM, J. **Masculinidades femininas**. Traducción: Javier Saéz. Editorial Égales, Barcelona, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5 1995: p. 07-41.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D. J.; KUNZRU, H; TADEU, T.(Orgs.). **Antropologia do Ciborgue: As vertigens do pós-humano**. Tradução de Tomaz Tadeu. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

HOOKS, B. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. In: HOOKS, B. et. Al. **Otras Inapropiables**. Feminismo desde las fronteras. Traficante de Sueños. Madrid, 2004.

KESSLER, C. S. **Mais que barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LOURO, G. L. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, 2007, p. 235-245.

JACO, J. F.; ALTMANN, H. Significados e expectativas de gênero: olhares sobre a participação nas aulas de educação física. **Educação em foco**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-26, jun., 2017.

MOURA, E. J. L. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. 2003.112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MONTEIRO, M. K.; ALTMANN, H. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, v.4, n.153, p. 720-741, jul./set., 2014. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v44n153/a12v44n153.pdf>>. Acesso em: 14 dez., 2017.

OLIVEIRA, P. P. Em busca do corpo masculino ideal. In: _____. **A construção social da masculinidade**, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004, p. 60-66.

PATIÑO, J. H. R. El fútbol femenino: una mirada desde lo público y lo privado. **Revista de ALESDE**, Curitiba, v.1, n.1, p. 129-142, set., 2011.

PLATERO, R. La masculinidade de las biomujeres: marimachos, chicasos, camioneras y otras disidentes. **Jornadas Estatales Feministas de Granada**. Mesa Redonda: Cuerpos, sexualidades y políticas feministas. 06 de dezembro de 2009.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANT'ANNA, D. B. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, C. L. (Org.). **Corpo e História**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 3-24.

SCHAUN, A.; SCHWARTZ, R. **O corpo feminino na publicidade**: aspectos históricos e atuais. IV ComCult – Cultura da Imagem, GT Imagem e Gêneros, sob o título **Corpos em Jogo: o feminino na Publicidade**. Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. 12 a 15 de novembro, 2008.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SILVA, L. C. **Cartografias de mulheres na prostituição**: territórios, heterotopias e suas interfaces com a psicologia. 2016. 163 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

SOUZA, V. S. As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras. **Revista eletrônica História em reflexão**, v.6, n. 11, p. 1-23, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1877/104>>. Acesso em: 03 Dez. 2017.

VIGARELLO, G. O corpo inscrito na história: imagens de um “arquivo vivo”: entrevista. [Nov. 2000]. São Paulo: **Projeto História**, 2000. Entrevista concedida a Denise Bernuzzi de Sant'Anna.